

MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR

Renata Cattelan

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil
e-mail: renata.cattelan@gmail.com

Marcelo Lopes de Moraes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil
e-mail: marcelomoraes.unioeste@gmail.com

Resumo

A realidade agrária brasileira ainda é complexa. A concentração de terras faz do Brasil um dos líderes nessa questão. A criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984 propôs, além da luta pela reforma agrária e pelas terras, a luta pelo Socialismo. Visto que o sistema político e produtivo socialista é complexo, o objetivo desta pesquisa se centrou em identificar se os assentados, pela reforma agrária, compartilham da ideologia socialista pregada pelas falas dos dirigentes do MST e pelo programa agrário definido pelo movimento. Para atender a este objetivo foi realizada uma pesquisa de campo, em que se aplicaram formulários para as famílias do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR. Os resultados da pesquisa mostram que a grande maioria dos assentados da amostra não compreende ou mesmo nunca ouviu falar do Socialismo, também não tem amplo conhecimento sobre outras práticas e símbolos ligados ao ideário do MST. Apesar do pouco conhecimento teórico, grande parte dos assentados mantêm práticas ligadas a ideias constituídas a partir de experiências coletivas e individuais, quando em contato direto com lideranças do MST, especialmente, no acampamento.

Palavras-chave: Ideologia; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); reforma agrária.

MST and ideology: theory and practice at Celso Furtado settlement in Quedas do Iguaçu/PR

Abstract

The Brazilian agrarian reality is still complex. The concentration of land makes Brazil one of the leaders in this issue. The creation of the Landless Workers' Movement (MST) in 1984 proposed, in addition to the struggle for agrarian reform and land, the struggle for Socialism. Since the socialist political and productive system is complex, the objective of this research was focused on identifying if the settlers by the agrarian reform share the Socialist ideology preached by the leaders of the MST and by the agrarian program defined by the movement. To accomplish this objective, a field survey was carried out in which forms were applied to families of the Celso Furtado settlement project, located in Quedas do Iguaçu city/PR. The survey results show that the great majority of the participant settlers do not understand or never heard of Socialism. They also have no broad knowledge of other practices and symbols linked to the ideology of the MST. Despite the lack of theoretical knowledge, most of the settlers maintain practices linked to ideas formed from collective and individual experiences when in direct contact with MST leaders, especially in the camp.

Keywords: Ideology; Movement of Landless Rural Workers (MST); land reform.

MST e ideología: la teoría y la práctica en el asentamiento Celso Furtado en Quedas do Iguaçú/PR

Resumen

La realidad agraria brasileña sigue siendo compleja. La concentración de tierras hace de Brasil uno de los líderes en esta cuestión. La creación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en 1984 propuso, además de la lucha por la reforma agraria y por las tierras, la lucha por el socialismo. Dado que el sistema político y productivo socialista es complejo, el objetivo de esta investigación se centró en identificar si los asentados por la reforma agraria comparten de la ideología socialista predicada por las palabras de los dirigentes del MST y por el programa agrario definido por el movimiento. Para atender a este objetivo, se realizó una investigación de campo donde se aplicó formularios en familias del Proyecto de Asentamiento Celso Furtado, ubicado en el municipio de Quedas do Iguazú / PR. Los resultados de la investigación muestran que la gran mayoría de los asentados de la muestra no comprende o ni siquiera ha oído hablar del Socialismo, tampoco tiene amplio conocimiento sobre otras prácticas y símbolos ligados al ideario del MST. A pesar del poco conocimiento teórico, gran parte de los asentados mantienen prácticas ligadas a ideas constituidas a partir de experiencias colectivas e individuales cuando en contacto directo con líderes del MST, especialmente en el campamento.

Palabras-clave: Ideología; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST); reforma agraria.

Introdução

Os conflitos sociais marcam a história desde os primórdios da humanidade e, com a ascensão da propriedade privada, as discrepâncias sociais passaram a ficar evidentes e a se consolidar na sociedade. Gohn (2002) discorre que tais lutas se transfiguram em movimentos sociais, por intermédio da organização coletiva. Houtart (2006) complementa que, apesar da multiplicidade dos indivíduos envolvidos, eles são ligados pela consciência de classe.

Sob a perspectiva marxista, os homens são produtores de ideias e o fazem pelas relações com o ambiente, que é permeado pelas ideias dominantes e que reproduzem as desigualdades, que são impostas aos indivíduos como uma maneira de esconder a realidade social. São estas ideias as quais se dá o nome de ideologia (CHAUÍ, 2006).

Renomados autores, das mais variadas áreas, se propuseram a debater sobre o conceito do termo ideologia. Destarte, a definição adotada nesta pesquisa é de Althusser (2003), que complementou o prisma marxista dizendo que a ideologia não é singular, não é somente a classe dominante que a possui, mas que todas aquelas, que desejam exercer sua hegemonia e se manter no poder fazem uso. Propõe, ainda, a definição do conceito de *Aparelhos Ideológicos do Estado* que é o meio, o fim e o palco das lutas de classes.

No que concerne às relações recentes das lutas de classes, especialmente, no campo agrário brasileiro, como delimitado pela presente pesquisa, a partir da gênese do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e das lutas pela mudança da estrutura agrária hodierna, o que se percebe são décadas de estagnação. O MST foi criado, oficialmente, em 1984, e os objetivos do movimento se traduziram, ao longo dos anos, em organizar uma grande massa de indivíduos marginalizadas, no campo ou na cidade, e construir nelas o desejo da luta pela reforma agrária e pela terra. Além disso, um dos pilares do MST, reproduzido pelo seu programa agrário, é o Socialismo.

Quando se fala em Socialismo, entendendo este como um complexo sistema produtivo e político é arriscado pensar, em pessoas humildes, muitos com pouco ou nenhum estudo e, ainda, vivendo em situações de pobreza, que compartilhassem desse mesmo ideal. Sabourin (2008, p.164) é enfático ao falar que os dirigentes do MST “[...] lutam, antes de tudo, por uma revolução socialista no Brasil, objetivo que está longe de ser partilhado pelo conjunto dos agricultores e sem-terra membros do movimento ou simpatizantes”.

Neste contexto, a problemática desta pesquisa é: a partir da ótica do indivíduo assentado pela reforma agrária, como a ideologia do MST, especialmente, os propósitos socialistas, está se inserindo na prática da vida social e produtiva do assentamento rural? A pesquisa foi realizada no Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR com uma amostra de 43 famílias. O objetivo é identificar como as ideias do MST influenciaram ou influenciam a vida dos assentados.

A proposta desta pesquisa tem relevância ao procurar compreender a formação e o ideário de um dos maiores movimentos sociais do mundo, o MST, assim como de identificar o potencial da sua ideologia e sua difusão com a massa da população assentada. O objetivo desta pesquisa é procurar conhecer o entendimento dos assentados, aqueles que são os sujeitos de toda a história do MST e da reforma agrária, quanto às propostas do movimento e analisar criticamente os desafios pelos quais eles passam diante das contradições entre a teoria e a prática. Sabourin (2008, p. 172) afirma, ainda, que “Os assentados são tudo menos uma experiência socialista e revolucionária”. Esta pesquisa ganhou um alicerce com base nessa assertiva do autor, que é pragmático em analisar os indivíduos assentados sob esta ótica. O trabalho realizado também se justifica pela ausência de trabalhos com o tema proposto, especialmente, para o recorte geográfico de estudo.

Além desta seção de introdução, este artigo apresenta uma seção concernente à discussão sobre as classes sociais e a busca pelo poder social por meio da ideologia. Em sequência se faz um resgate histórico da agricultura e da criação do MST, bem como sobre a questão agrária brasileira. Em seguida, apresenta uma seção de metodologia, que descreve os procedimentos adotados para a coleta de dados. Posteriormente ao registro da metodologia são apresentados os resultados da pesquisa e, por fim, as conclusões do estudo.

Ideologias: as lutas e as relações das classes sociais

Desde que a história humana pode ser registrada em sociedade, os conflitos sociais são observados e são estes, por vias da história, que transformam as estruturas da coletividade e do corpo social de dominação. Rememorando capítulos da história como as conquistas bárbaras, as cruzadas acontecidas na Idade Média, as Guerras Napoleônicas, os conflitos da unificação alemã, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o embate árabe-israelense e outros episódios (MAGNOLI, 2006), compreende-se que as guerras por hegemonia econômica, política e religiosa são tão antigas quanto a própria história da sociedade.

Lenin (2001, p. 24) escreve que “a história nos revela uma luta entre povos e sociedades, assim como no seu próprio seio, e que, além disso, ela nos mostra uma sucessão de períodos de revolução e reação [...]”. É nesse aparente caos que se conduz o descobrimento da teoria da luta de classes. Para Marx e Engels (2008, p. 45) é na história, pelo menos na história escrita, que se observam os conflitos sociais e de classes e precede-se que “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”.

O que transforma tais lutas em movimentos sociais é a organização coletiva. É característica do movimento social a sua formação e estruturação em sociedades que se encontram em processo de mudança (GOHN, 2002). Souza (2013) concorda em dizer que é no conceito de classe social, que se compreende, de maneira completa, a forma como cada sociedade singularmente funciona.

Chauí (2013, p. 98) coloca que as classes sociais não podem ser traduzidas em dados fixos, elas não são definidas de maneira simples ou apenas pelas determinações econômicas, sendo “[...] um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes”.

Sob a perspectiva marxista, como descrito nas palavras de Chauí (2006), os homens são produtores de ideias pelas quais buscam explicar e assimilar a sua vida singular, social e suas relações com o ambiente. Todavia, Chauí (2006, p. 21) procura assinalar que essas ideias “tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia”.

Marx se dedicou ao estudo da ideologia colocando que os homens se diferenciam dos animais, a partir do momento em que “[...] começam a produzir seus meios de vida [...]”. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1979, p. 27). Isso significa dizer que cada indivíduo coincide com a sua produção, “[...] tanto com o *que* produzem, como com o modo *como* produzem”

(MARX; ENGELS, 1979, p. 28). Sobre essa produção, Marx e Engels (1979) colocam que esta é essencial para determinar o modo de vida social sob a pressuposição do que os filósofos chamam de *Verkehr*, termo alemão, que se aproxima do que se conhece por intercâmbio, dos homens uns com os outros.

Para Chauí (2006) a ideologia é tida como um processo objetivo e subjetivo inconsciente, produzido pelas condições de existência dos indivíduos. A alienação do trabalho é o que torna possível a sustentação da ideologia. O pensamento marxista é claro em falar que a ideologia é única e é através dela que a classe dominante exerce o poder de dominação e a reprodução dessa dominação.

Em meio a tal discussão se traz à luz o filósofo Louis Althusser (1918 – 1990), que enraizado na filosofia marxista, trouxe contribuições importantes para esta. Seu aporte para este estudo ocorre por meio da definição do conceito de “*Aparelhos Ideológicos do Estado*” e mostra que estes funcionam na esfera pública e privada, por meio da ideologia (ALTHUSSER, 2003).

Levando em consideração que não há como uma classe manter o poder do Estado sem que exerça sua hegemonia¹, paralelamente, e sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado se permite compreender que estes últimos não são somente o objeto e o meio, mas também o palco das lutas de classes (ALTHUSSER, 2003).

Quanto às formações ideológicas, Althusser (2003) compreende, sobretudo, que não há uma única forma, acrescentando à teoria marxista o fato de que a ideologia não é singular. O que o autor propõe, em sua teoria, não comporta a presença de uma ideologia única e que seja a dominante como remete a proposta marxista, fala-se de uma ideologia como processo e que, constantemente, é restabelecido dentro dos aparelhos ideológicos e também fora deles. Althusser (2003, p. 84) procura sustentar o fato de que “as ideologias *têm uma história sua*” e que essa história é concretizada pela luta de classes.

Althusser (2003, p. 107) pontua o processo de gênese da ideologia em sua teoria colocando que:

se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.

O que fica explícito é a complementariedade dos pensadores. A luta de classes nada mais é do que o processo de conquista de espaço na sociedade, tanto quanto a reformulação do modo de produção. A luta constante é muito bem delineada pela história, é nela que as classes se formam e a luta de classes passa a ser um fator tão importante. A

¹ Pronko e Fontes (2012, p. 391) sintetizam o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci colocando que para ele a definição tem duas direções conjuntas “[...] para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas de classes subalternas”.

luta de classes, por sua vez, passa a ser um movimento, movimento este denominado de social, visto que é na pluralidade que este acontece, é uma ação coletiva, é um pensamento construído socialmente, pelas experiências e pelas relações. Essa ação coletiva, esse movimento social, tende a se transformar em revolução na luta das classes pela hegemonia feita no palco do que Althusser chama de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

É nos AIE's, que os conflitos de classes acontecem, tendo em vista única e exclusivamente poder tornar hegemônica a sua própria ideologia e transformá-la em obrigação, de modo de produção para todas as classes. A ideologia é a conexão, que une pessoas singulares, em vista de um objetivo em comum. Isto só é possível a partir do momento em que se cria uma consciência de classe, um motivador comum, uma ideologia que transpasse os objetivos individuais e venha para conduzir a metamorfose social.

A questão agrária brasileira no período anterior ao MST

Passaram-se, aproximadamente, 10.000 anos de uma época definida como a introdução da agricultura na humanidade, partindo da fixação dos povos nômades e caracterizada pelo prelúdio da cultivação dos solos e plantas e da exploração dos ecossistemas para a sobrevivência. A introdução da agricultura foi de tamanha transformação para a sociedade, que proporcionou a multiplicação da espécie, tanto quanto o desenvolvimento de técnicas e consequente aumento de produtividade. Deu origem, simultaneamente, ao nascimento de categorias sociais, que já não produziam sua própria alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Destarte, o homem não nasceu agricultor, ele o aprendeu. Desenvolveu técnicas e instrumentos para o cultivo de plantas e para a domesticação de animais. Sem nenhum tipo de saber congênito, o homem pode se adaptar livremente aos ecossistemas e conforme suas necessidades, das maneiras mais diferentes em cada ambiente. A agricultura, assim como a evolução humana é, portanto, produto histórico (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Passados centenas de anos, juntamente com a evolução humana e da agricultura, avançaram as relações de produção, ficando cada vez mais complexas. Nos últimos séculos, a terra, principal meio de produção, foi ficando escassa. Silva (2001) argumenta que o processo de capitalização da produção, principalmente, com os avanços da Revolução Industrial, trouxe novos papéis para a agricultura. Inicialmente, as necessidades que a agricultura precisava atender era a de produzir alimentos suficientes para uma população industrial, que crescia a taxas exponenciais e ainda garantir seu aumento de produtividade, já que se via obrigada a liberar mão de obra para as indústrias.

Fernandes (2013, p. 119) define a questão agrária como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos

trabalhadores [...]”, e ainda coloca que as características da questão agrária se relacionam com o desenvolvimento do capitalismo e suas fases, sendo dependente do momento histórico.

A caracterização demográfica brasileira antes de 1500 era de povos reunidos em tribos ou agrupamentos culturais e de parentesco. Tinham abundância em alimentos provenientes da natureza e viviam da caça e pesca. A agricultura e a domesticação de plantas eram restritas a espécies como a mandioca e o amendoim (PROUS, 2007).

Por meio da repressão, cooptação dos povos e exploração dos recursos, agora transformados em mercadorias e levados à Europa para a troca mercantil, por pelo menos 350 anos após a chegada dos portugueses, o formato de produção agrária se transformou. Exploração do ouro, prata, ferro e minérios logo se esvaíram e a organização colonial passou a utilizar a terra, supostamente desocupada, para a produção agrícola, principalmente, de produtos dos quais havia carência na Europa (STEDILE, 2011).

Enquanto modelo agrário, o período entre 1500 e 1850 teve como fundamento, basicamente, o que ficou conhecido pelo termo inglês *plantation*². Em 1850 foi promulgada, pela Coroa Portuguesa, a Lei de Terras que dotava a terra, pela primeira vez no Brasil, como privada (BRASIL, 1850). A terra, enquanto bem de produção, passou a ter importância fundamental. O que antes era um bem natural, agora se torna um bem mercantil. Em relação à distribuição de terras, no processo de formação econômica do Brasil, Silva (2001) analisa a sua relevância:

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente *não* reprodutível – ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado – que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriadamente privada, o seu dono pode arrogar-se o direito de não utilizá-la produtivamente, isto é, deixa-la abandonada, e de impedir que outro a utilize. Por isso é que a estrutura agrária – ou seja, a forma como a terra está distribuída – torna-se assim o “pano de fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura (SILVA, 2001, p. 24).

As discrepâncias fundiárias se tornaram crises, protelando-se até 1929 e culminando com a quebra da bolsa de valores de Nova York, conhecida como Grande Depressão ou Crise de 1929. Foi justamente em meio às sucessivas crises do sistema monocultor agroexportador que germinou o nascimento de revoltas do *campesinato*³. O camponês, no sentido do campesinato, é introduzido diante da necessidade de autonomia

² O *plantation* é descrito por Welch *et al.* (2009) como um sistema de produção agrícola monocultor de grande extensão, baseado principalmente no sistema escravista e na cultura para exportação.

³ Segundo Costa e Carvalho (2012), o campesinato é caracterizado por um conjunto de famílias camponesas de determinada região que tendo acesso a terra, possuiriam condições de reproduzir seus modos de produção e satisfazer suas necessidades imediatas.

produtiva, a qual lhe é negada, enquanto não tem acesso ao fator produtivo terra (COSTA; CARVALHO, 2012).

O período entre 1888 (Lei Áurea) e 1964 (golpe militar) é muito bem descrito por Morissawa (2001), que o divide em três fases. A primeira fase se situa entre 1888 e 1930 com as lutas messiânicas⁴, como foi o caso de Canudos na Bahia (1893-1897) liderados por Antônio Conselheiro e do Contestado entre o Paraná e Santa Catarina (1912-1916) liderado pelo Monge José Maria. A segunda fase, entre os anos de 1930 e 1953, foi pontuada pelas ações voluntárias e localizadas. A terceira fase (1954-1964) é marcada pelas lutas organizadas, que começam a ganhar dimensão nacional como foi o caso da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) (MORISSAWA, 2001).

O autor supracitado coloca o estágio seguinte, entre 1964 e 1984, período da ditadura militar, como uma “longa noite escura”. Foi uma fase de repressão ao sindicalismo na qual se extinguíram, praticamente, todas as organizações de trabalhadores rurais. E não foi somente no meio rural que isso aconteceu, greves do movimento operário foram proibidas, a união estudantil foi reprimida e os meios de comunicação foram censurados.

Stedille (2010) complementa que o grande vitorioso de todo esse processo foi a empresa agrícola, pois foi alvo intenso da modernização da agricultura acontecida nas décadas de 1960 e 1970. Para que se consolidasse a modernização agrícola foi fundamental que não acontecesse a reforma agrária, o capitalismo necessitava da manutenção da estrutura fundiária para sustentar as condições de favorecimento e de desenvolvimento da modernização.

A década de 1970 e o início da década de 1980 foram de poucos, talvez, nenhum avanço para a reestruturação fundiária. Foi nestas condições que se gestou o projeto nacional do qual seria criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (MORISSAWA, 2001).

A origem do MST

Relembrando a história a partir do “embrião do MST”, a semente talvez tenha sido plantada ainda quando os primeiros indígenas se colocaram contra a mercantilização e exploração da terra, que até então era coletiva e natural (MST, 2016).

Uma confluência de movimentos rurais iniciados, especialmente, na região Sul do Brasil deu origem ao MST, que teve sua fundação entre 21 e 24 de janeiro de 1984 em Cascavel no estado do Paraná, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra.

⁴ Chamadas assim pelo fato do líder do movimento ser um intermediário de fé (MORISSAWA, 2001).

Nasceu da articulação das lutas pela terra, pela reforma agrária e contra a exploração no campo (CALDART, 2001).

Lara Junior (2012) coloca que o MST, em sua formação ideológica básica, é fruto da materialização do sincretismo religioso e político, mencionando também o ecletismo marxista. O autor propõe que o nascimento do MST coincide com uma gama de ideologias que unidas e moldadas, especialmente, pelos líderes do movimento, deixaram os ideais e a luta do MST com características únicas.

As relações sociais que se formaram, em uma época de dicotomias rurais, legaram um motivo gestado por líderes religiosos, primeiro com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Teologia da Libertação, que vieram para a tomada de consciência e depois na combinação de novas igrejas pentecostais. A criação da consciência crítica, objetivo destes religiosos, foi de suma importância para que o nascimento do MST fosse possível. Não por menos, vários dos dirigentes do MST foram ou são ligados a igrejas (LARA JUNIOR, 2012). Nota-se que a organização religiosa, bem como o apoio das igrejas foi fundamental para que o movimento tomasse a dimensão a que se chegou no Brasil. A diversidade cultural e histórica criou uma identidade social singular dos indivíduos na ideologia do MST.

Entrelaçada ao nascimento do MST, a redemocratização brasileira acontecia aos poucos. Já em 1988 era aprovada a nova Constituição Federal e, em 1993, no âmbito das lutas sociais, foi criada a Via Campesina, um movimento internacional de luta por terra, por direitos indígenas, das mulheres e dos trabalhadores agrícolas.

O período iniciado no governo FHC (1995) foi descrito por Grisa e Schneider (2014) como influenciado pelo neoliberalismo internacional, no que diz respeito à desestatização e a abertura ao capital e comércio estrangeiro. Entre 1996 e 1999, o MST continuou agindo, principalmente, por meio de ocupações e mobilizações (MST, 2016). No início dos anos 2000, o MST já se fazia presente em 23 estados, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos, em um total de 1,5 milhão de pessoas (MORISSAWA, 2001).

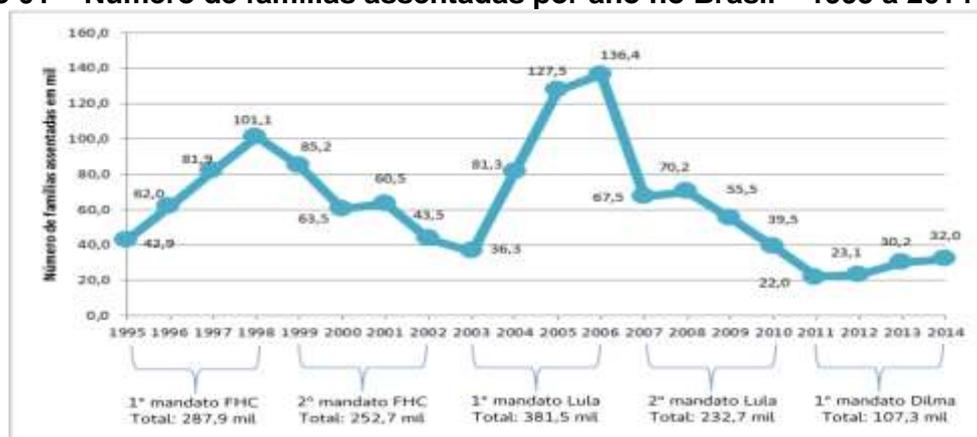
O governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003 era uma promessa de compromisso com as mudanças na questão agrária e de contrariedade à antecessora política neoliberal. O que o discurso indicava era que essas mudanças seriam radicais: desconcentração de terra, aumento de empregos e renda na agricultura e uma reforma agrária de larga escala. Já constatado pela história, isso não aconteceu (MULLER, 2005).

Era evidente que o presidente não abandonaria um dos únicos segmentos que sustentavam a economia na época, o agronegócio. Por outro lado, também não poderia se esquecer da sua base eleitoral, que compreendia também o MST. Desta maneira, a tentativa foi de manter pessoas ligadas tanto ao agronegócio quanto à reforma agrária em

cargos importantes do seu governo. Esse arranjo ambíguo não agradou quem esperava por mudanças claras (MULLER, 2005).

O governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, foi demasiadamente uma continuidade das diretrizes políticas do governo Lula. Apesar da proximidade histórica entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT), neste momento já se colocava muita tensão nessa relação que vinha sendo prejudicada desde o governo Lula (CAMPOS, 2015). O Gráfico 01 mostra o número de famílias assentadas por governo entre os anos de 1994 e 2014.

Gráfico 01 – Número de famílias assentadas por ano no Brasil – 1995 a 2014 (em mil)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em INCRA (2016).

O Gráfico 01 também identifica os anos dos governos FHC, Lula e Dilma, a fim de comparar o total de famílias assentadas em cada período. O 1º mandato Lula foi o que obteve maior número de famílias assentadas, enquanto que o 1º mandato Dilma foi o que menos assentou. O ano de 2006 teve o maior número de assentados dentre os anos analisados, enquanto que o ano de 2011 teve o menor número.

O Programa Agrário do MST e o cenário recente

O Programa Agrário do MST foi elaborado para o VI Congresso Nacional do movimento e exibiu uma proposta para a Reforma Agrária Popular e os fundamentos para esse programa. De acordo com o exposto no programa, a divisão é feita em nove blocos com propostas e objetivos para diferentes áreas. É neste programa que o MST embasa suas ações. O programa estabelece a proposta de organização agrícola pautada na alimentação saudável e na cooperação, sempre contando com a colaboração governamental na implantação de projetos de energia alternativa e renovável. Empenham-se, também, pelo incentivo do governo com relação a políticas de crédito, pesquisa e

tecnologia, armazenagem, auxílio técnico e consumo para a produção nos assentamentos, além da exigência de se combater as culturas transgênicas (MST, 2013).

Este programa objetiva, também, desenvolver potencialidades regionais, aumentar a renda da população camponesa, reduzir desigualdades econômicas, desenvolver agroindústrias e implantar o intercâmbio de conhecimento entre produtores, técnicos e a sociedade, bem como garantir a reorganização produtiva, a estruturação da produção orgânica, a assistência técnica e a pesquisa na área, sem deixar de colocar a educação como direito fundamental. Dessa forma, os integrantes reivindicam também melhorias nas infraestruturas sociais como moradia, acesso a energia elétrica e saneamento básico, saúde e educação gratuita e de qualidade (MST, 2013).

O último dos objetivos do programa diz respeito às mudanças na estrutura do Estado. Estas levantam questões de funcionamento do que se chama de “Estado burguês” e que este teria um caráter antidemocrático. A luta em favor da classe trabalhadora e a realização do modelo produtivo só seriam possíveis com um “Estado popular” para que os trabalhadores pudessem ser sujeitos políticos permanentes e que realizassem as mudanças necessárias (MST, 2013).

O período anterior à criação do MST (diga-se a ditadura militar) foi polarizado para o setor agrícola, enquanto que se incentivava a mecanização do campo, culturas de grandes extensões, entrada de novas tecnologias e a exportação de *commodities*, os pequenos produtores eram forçados a sair do campo sem apoio e se acumulavam no inchaço dos centros urbanos. É árduo mensurar os impactos da criação do MST, tendo em vista que ocorreu em um momento delicado de redemocratização do país. A avaliação é polissêmica, suas possíveis conquistas não podem ser verificadas sem levar em consideração as mudanças ocorridas, concomitantemente, na política e na economia.

Ademais, pode-se observar que os objetivos do programa agrário do MST são ousados. Não deixam de expressar, com liberdade, a face social e coletiva que é o desejo, especialmente, de quem elaborou o programa, na busca não somente da terra, mas da qualidade de vida e do Socialismo, assim como colocado quase que no fim do programa.

Passados 32 anos da criação do MST não se nega que a reforma agrária, assim como feita neste período, contribuiu para a redução das diferenças econômicas, simultaneamente, levando renda e qualidade de vida para os pequenos agricultores por todo o país. Mais um fato inegável é que em números não houve melhora satisfatória.

Segundo IBGE (2016a), em 1980, os estabelecimentos rurais com menos de 10 ha somavam 50,43% do total de estabelecimentos e dispunham de 2,47% da área total enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha correspondiam a 0,93% dos estabelecimentos e usufruíam de 45,1% da área agricultável. Para o ano de 1985 as condições ficaram similares, as menores propriedades eram 52,9% e ocupavam 2,66% do

total da área, ao passo que as maiores propriedades eram correspondentes a 0,87% do total de estabelecimentos e 43,73% do total da área. A semelhança se manteve para os anos de 1995 e 2006 mostrando a dificuldade na desconcentração de terra, apesar das ações constantes da reforma agrária. Além disso, houve uma redução considerável no número total de estabelecimentos no período de 1985 para 1995 quando mais de 950 mil estabelecimentos rurais deixaram de existir, sendo que mais de 660 mil foram no estrato das propriedades com menos de 10 ha (IBGE, 2016a).

O atual cenário da estruturação agrária brasileira ainda não é considerado ideal. O Brasil se posiciona no topo dos países com os maiores índices de concentração de terras do mundo. Os resquícios históricos da interposição de ciclos ainda hoje permanecem, a visão de capitalização da agricultura, de plantio de culturas denominadas “eficientes” e em grande equivalência, de fácil exploração e de venda acessível. Atualmente, já se considera essencial o desenvolvimento rural para o desenvolvimento da sociedade e a discussão sobre seus aspectos de fundamental importância para a evolução no campo (MATTEI, 2014).

O resgate histórico do setor agrícola brasileiro é marcado com as cicatrizes das políticas direcionadas, das políticas dispersas ou mesmo da falta delas. É uma peculiaridade rural o estigma dos ciclos pelos quais o setor rural tem passando, absorvendo crises, lutando contra políticas hostis, perdurando a vida do pequeno e médio agricultor, enfrentando a exploração e os choques com os grandes produtores do agronegócio.

As mudanças realizadas pela redistribuição de terras não alterou, com significância, a estrutura agrária. No entanto, as perguntas que marcam, nesse sentido, são: Mesmo não tendo acontecido da maneira ideal, o que seria da estrutura agrária se a redistribuição de terras não tivesse acontecido? Sem a terra, o que seria das famílias que hoje estão em assentamentos da reforma agrária? Seria mesmo necessária a ação do MST para a distribuição de terras?

Metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa se caracteriza pelo estudo de campo feito pelo pesquisador por meio de entrevistas, pessoalmente, com o grupo pesquisado na tentativa de apreender as conexões e justificativas para fenômenos ocorridos naquele contexto específico (GIL, 2002). A pesquisa de campo, segundo Fachin (2003), é utilizada na busca pela avaliação de grupos, de instituições, de obstáculos sociais, de procedimentos encontrados na sociedade e que fora do próprio contexto não seria possível compreender.

O instrumental adotado é o formulário, dentre as vantagens da sua utilização se destacam: a oportunidade de aplicação em populações heterogêneas, alfabetizadas ou analfabetas, sem o comprometimento das informações já que o pesquisador tem a oportunidade de explicar, adaptar, flexibilizar e orientar as perguntas de acordo com a realidade; o alcance de dados mais complexos já que se pode estabelecer um contato mais pessoal; isonomia no preenchimento; e observação constante das respostas, reações e fenômenos, que acontecem durante a aplicação (MARCONI; LAKATOS, 2012).

Caracterização do espaço de estudo

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2016), o Projeto de Assentamento (PA) Celso Furtado se localiza no município de Quedas do Iguaçu, na mesorregião Centro Sul do estado do Paraná. A mesorregião Centro Sul Paranaense tem por característica a concentração de assentamentos rurais, justifica-se por ser marca forte da região as propriedades com grandes extensões de terra, destinadas principalmente a extração de madeira e pecuária, além de culturas como: milho e soja. A mesorregião é considerada, predominantemente, agrícola, no ano 2000 quase 70% dos municípios ainda não haviam atingido 50% de grau de urbanização (IPARDES, 2004).

A microrregião de Guarapuava, localizada no Centro Sul Paranaense, na qual se encontra o município de Quedas do Iguaçu, é composta por 18 municípios. A reforma agrária é um traço constante, 15 municípios da microrregião têm pelo menos um assentamento, somam-se 57 ao todo, abrangendo 4.687 famílias, aproximadamente 19 mil pessoas e 100 mil hectares de terra. A microrregião acomoda, ainda, os três maiores assentamentos do Paraná: PA Ireneo Alves dos Santos, que possui 900 famílias; o PA Marcos Freire, 604 famílias, os dois no município de Rio Bonito do Iguaçu; e o PA Celso Furtado, com 1.089 famílias no município de Quedas do Iguaçu (ROOS, 2010).

O PA foi criado no dia 26 de setembro de 2005, a partir do remanejamento de 25.285,53 ha de terras das fazendas Rio das Cobras e Pinhal Ralo, ambas de “propriedade” da empresa Araupel S.A. As terras na realidade eram de posse da União, a empresa ocupava irregularmente o espaço e por este motivo não houve necessidade de desapropriação das terras (ROOS, 2010).

Logo após a criação efetiva do PA Celso Furtado, a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) foi incumbida de realizar um estudo e desenvolver o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Muito influenciados pelo MST e sua estrutura, as próprias famílias decidiram por manter uma organização comunitária já existente no acampamento. Uma das decisões foi a criação de 13 comunidades divididas em duas classes: as comunidades centrais e as comunidades satélites. As centrais, formadas pelas

comunidades Renascer, 10 de Maio e Margarete, deveriam ter serviços sociais básicos, como saúde e educação e atenderiam as comunidades satélites. As comunidades satélites seriam 10: Nova Esperança, Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo, Palmital, Três Caicos, Santa Bárbara, Comunidade Orgânica, Entre Lagos, Bom Jesus e Nova União (COTRARA, 2006).

Procedimentos metodológicos

A aplicação do formulário foi realizada nos dias 17, 18, 22 e 23 de setembro de 2016, no PA Celso Furtado. Apesar do tamanho do PA, muitas famílias não puderam ser assentadas na época e, para resolver este problema, uma área que havia sido destinada para reserva ambiental do assentamento passou a abrigar mais 107 famílias. Esse espaço ficou conhecido como “corredor”, por ser uma faixa de terra que corta todo o assentamento. As famílias instaladas, neste espaço, se encontram em situação irregular em relação às demais famílias do assentamento, isto pela característica da área de preservação e pelas questões ambientais inerentes a esse processo de readequação dessas famílias.

A parte do PA denominada de “corredor” é o espaço no qual se realizou a presente pesquisa. Foram utilizados métodos estatísticos de amostragem, a partir do cálculo de amostra para população finita, conforme Equação 01, em que n é a amostra calculada, N é a população, Z é a variável normal padronizada associada ao nível de confiança, p é a probabilidade do evento ou grau de heterogeneidade e e é o erro amostral (MIOT, 2011). O nível de confiança utilizado é 95% que corresponde na tabela Z a 1,96. O grau de heterogeneidade utilizado é 5%, mostrando um grupo bem homogêneo. A porcentagem de erro admitida é 5% de margem para mais ou para menos.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p(1-p)}{Z^2 \cdot p(1-p) + e^2(N-1)} \quad (01)$$

Para as variáveis utilizadas, o cálculo da amostragem foi $n=43$, o que demonstra mais de 40% do universo da população. Portanto, farão parte da aplicação dos formulários 43 famílias escolhidas, aleatoriamente, dentro do espaço da pesquisa denominado de “corredor”.

Resultados e discussões

A aplicação do formulário objetivou, inicialmente, traçar um perfil socioeconômico e produtivo e, posteriormente, identificar a influência da ideologia do MST no assentamento.

Perfil socioeconômico e produtivo

As 43 famílias que formam a amostra totaliza 141 pessoas, na qual a média foi de, aproximadamente, três pessoas por família. Da amostra, 81,39% das famílias contam com uma ou mais formas de assistência governamental, sendo que 44,18% destas famílias recebem valores de cerca de um salário mínimo referente à pensão por morte de cônjuge, aposentadoria por idade ou tempo de serviço e auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por doença ou invalidez. Ao todo, 34,89% das famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família e 23,25% não possuem nenhum tipo de auxílio governamental.

Para indivíduos, que já haviam parado de estudar ou concluído os estudos, com idade igual ou superior a 19 anos, 43,62% afirmou ter estudado até o Ensino Fundamental - séries iniciais entre o 1º e 5º ano. Os que se consideram analfabetos são 19,15% dos indivíduos, enquanto que 2,13% se identificaram como alfabetizados mesmo sem ter frequentado a escola formalmente. Indivíduos com Ensino Superior corresponderam a 4,25% da amostra. Do total, 20,21% concluíram o Ensino Médio e 80,85% foram considerados pelo menos alfabetizados. Todas as crianças e jovens até os 17 anos estavam frequentando a escola.

A maior parcela da amostra, 69,77%, tem renda entre um e três salários mínimos⁵. Dez, das 43 famílias da amostra têm renda igual ou inferior a um salário mínimo, o que corresponde a 23,25% do total. A parcela com renda superior a três salários mínimos equivale a 6,98% das famílias.

Pode-se destacar um perfil socioeconômico com um padrão de escolaridade baixa dos indivíduos. A renda é, em mais de 80% dos casos, derivada ou complementada com auxílios governamentais. As condições socioeconômicas e estruturais das propriedades que fazem parte desta amostra convergem para a amplitude nacional das propriedades rurais brasileiras. Segundo o DIEESE (2011), tendo como base dados da PNAD 2009, a maior parte da população rural brasileira se encontra entre os 25 e 59 anos, muito próximo da estimativa da amostra. A escolaridade também mostra que a população rural tem na grande maioria até cinco anos de estudo e mais de 20% não tem nenhum tipo de instrução, a média de anos de estudo da população rural do país para 2009 foi de 3,9 anos. O número de moradores por domicílio da amostra obedece ao padrão brasileiro de pouco mais de três pessoas por família. Desta maneira, a amostra analisada converge às condições socioeconômicas das propriedades rurais brasileiras em geral.

As variedades produzidas para consumo são bastante diversificadas, os assentados citaram a produção de: arroz, feijão, mandioca, frutas, legumes, verduras, amendoim, cana-de-açúcar, milho, batata-doce, dentre outros. Referente às variedades

⁵ Salário mínimo para o ano de 2016 corresponde ao valor de R\$ 880,00 (BRASIL, 2015).

produzidas para venda, as mais significativas são milho e soja, sendo indicadas em 14 e 12 propriedades, respectivamente. Das propriedades, que fizeram parte da amostra, uma faz uso de sementes transgênicas. A venda de outros produtos também foi relatada, contudo com menor frequência e atuando como complemento de renda. A venda de grãos é feita por meio de contratos particulares com terceiros ou por cooperativas agrícolas.

Quando questionados se produziam alguma variedade orgânica, 58,14% responderam que não e 41,86% responderam que sim, baseados especialmente na produção de legumes, verduras e frutas. Uma das reivindicações de grande parte das famílias foi o auxílio técnico na produção de orgânicos. Reconhecem o potencial, a qualidade e a importância na produção, contudo, ainda é muito custoso.

Da amostra, 72,09% das propriedades tem produção de leite para venda, sendo que o produto é encaminhado para laticínios da região em cidades como Cruzeiro do Iguaçu/PR, Rio Bonito do Iguaçu/PR, Quedas do Iguaçu/PR e também para São Miguel do Oeste/SC, em que se encontra a cooperativa industrial da Reforma Agrária Terra Viva.

O perfil produtivo destacado nas famílias da amostra expõe uma produção baseada, basicamente, na subsistência. Destinado em grande parte para a produção de alimentos para consumo e se mantendo da renda da venda de leite, algumas famílias com a venda de grãos (soja e milho) e outras ainda sobrevivendo de auxílios governamentais. Apesar de uma grande porção das famílias apresentar abundante diversificação produtiva, a maioria não as vende.

Existe demanda dos assentados por auxílio na produção, pleiteiam ajuda para produzir, principalmente, os orgânicos. Relatam que o assentamento já teve uma comunidade com um projeto abrangente de produção de orgânicos, mas a falta de auxílio técnico, crédito e assistência do governo fez com que a produção praticamente se extinguisse. Além disso, faltam cooperativas e agroindústrias que organizem e auxiliem os produtores no processamento dos produtos locais.

A relação com o MST e a influência da ideologia produtiva e de classe

O primeiro passo no caminho até a assentamento é a participação no acampamento. Os próprios assentados assinalam que o acampamento acaba sendo de grande valia para o aprendizado com relação à produção ou mesmo a convivência social. Os chefes de famílias assentados foram indagados sobre o que pensavam das ocupações de propriedades por meio da força, 93,02% afirmaram que as ocupações são necessárias e se tornam a única forma de pressionar o governo para fazer cumprir o que já é determinado na Constituição Federal. Dos 43 indivíduos, 6,98% disse que seria melhor se pudessem comprar a sua própria terra.

Algumas famílias levantaram questões importantes no que diz respeito à aquisição de terras, no Brasil, afirmando que um agricultor pobre, que foi empregado por toda a vida, jamais teria condições de comprar sua própria terra se não fosse por meio de uma larga escala de financiamentos e auxílios governamentais. E o mais importante, apesar de ter a terra não se trata somente de possuí-la, mas de ter condições de fazer produzir. Esse ponto vai de encontro ao que Silva (2001) coloca como a dificuldade de se analisar a terra, enquanto meio de produção, justamente por ser esta “não reprodutível” o proprietário se encontra no direito de fazer com esta o que quiser ou simplesmente nada fazer, é o direito da propriedade privada.

A discussão sobre as terras improdutivas está amarrada com o sentido da reforma agrária sob a ótica do MST. É no que eles chamam de terras improdutivas que se desenvolve a luta do movimento para garantir essas terras aos agricultores, que precisam destas para sobreviver. As terras improdutivas, para o movimento, estão relacionadas às propriedades que não cumprem sua função social já determinada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Terra, que deliberam sobre a exigência da terra cumprir com requisitos de utilização consciente de recursos naturais, regulamentação das relações de trabalho e favorecimento do bem-estar social suprindo necessidades da sociedade.

É de grande valia para a criação da consciência coletiva do movimento entender o porquê da ocupação ser realizada, como são escolhidas essas propriedades e qual é a função social que os novos proprietários devem dar para terra. Quando questionados sobre o significado do termo “terras improdutivas”, os assentados mostraram, em geral, ter pouca consciência do sentido específico do termo para o MST.

No tocante a importância da terra para a família, a principal resposta foi o meio de sobrevivência, 72,09% das famílias afirmaram que a terra é a única maneira que eles têm de sobreviver. Outros 39,53% responderam que a terra é importante para que eles deixem de ser empregados e passem a ser os donos de sua própria produção, usufruindo do fruto dos seus esforços. Serem donos da produção é maciçamente incorporado das teorias marxistas socialistas, conforme Chauí (2006) expõe sobre o fetichismo da mercadoria e a separação entre o produtor e a sua produção. O Assentado 11 relata que ter a “(...) terra é tudo. Agora eu sou o patrão e tem comida *pros meus filho*”. O Assentado 04 complementa: “Hoje eu ganho o meu dinheiro, antes eu ganhava dinheiro *pros outro*”.

Com relação à simbologia do hino do MST, observa-se pela letra o sentido amplo para o movimento ao representar a união e o companheirismo, que liga cada um a um único ideal. A letra lembra: “*Nossa força nos faz edificar, nossa pátria livre e forte, construída pelo poder popular*”. É um fator de cunho ideológico de maneira que influencia o pensar, a lembrança da luta. Mostra o instrumento que a massa de pessoas é na luta em que eles se desafiam. Althusser (2003) propunha que a ideologia de classe era formada através das

experiências, vividas sob o palco dos aparelhos ideológicos, utilizados para impor a sua ideologia e concretizado nas lutas de classes.

Das famílias pesquisadas, 55,81% não sabiam o hino do MST, enquanto 44,19% diziam se recordar mesmo que já não fosse uma presença forte na vida depois de assentado. A maioria das famílias concorda em dizer que no acampamento as coisas acontecem com mais intensidade, em todos os sentidos, e que depois de assentados perdem muito da organização e da união, da coletividade como um todo.

Karl Marx é um teórico importante para o movimento, especialmente utilizado na formação ideológica dos líderes que atuam, diretamente, com os acampamentos e assentamentos. No programa agrário do MST, como já abordado anteriormente, várias das práticas propostas pelo movimento se pautam nos ideais socialistas, incansavelmente, discutidos por Marx e seus seguidores. Desta maneira, questionou-se se os assentados já haviam ouvido falar em Karl Marx, 76,74% responderam que não e 23,26% que sim.

Os objetivos, pelos quais o movimento luta, são alicerçados em três pilares: a luta pela terra, pela reforma agrária e pelo Socialismo. Quando o Socialismo é colocado como uma chave tão expressiva, na busca dos ideais do movimento, este se torna um ponto crucial e muito significativo. Deste ponto de vista, diante da situação de que a maior parte dos agricultores tem baixa escolaridade, torna-se fundamental a formação ideológica e de caráter coletivo para a compreensão da importância dessas mudanças. Conforme descrito pelos assentados, a formação não se inicia com a teoria propriamente dita, e como se nota pelas respostas ao formulário, na maioria das vezes estas pessoas não chegam à teoria. Inicia-se na realidade, na construção do acampamento e no compartilhamento da terra e dos meios de produção. O Assentado 43 conta como foi o acampamento neste sentido:

[...] A gente dividia as *tarefas*, [...] cada um ganha uma função conforme o que sabe fazer ou da necessidade do acampamento. [...] Ali a gente aprende a partilhar, se o vizinho não tem a gente come junto, dá o que tem mais, faz troca de comida, ensina plantar. É ali que se aprende a vida na roça e na comunidade. [...] Ali é coisa séria, mas também é aprendizado, a gente aprende se organizar, aprende que dois são mais forte que um e quem não acompanha a multidão acaba desistindo. O acampamento seleciona muita gente. Mas também não discrimina, tinha gente da cidade que não sabia plantar nada. A coordenação dizia que quem era responsável *pelas plantações* precisava ensinar e ajudar a plantar. E isso acontecia. Quem não tinha a prática saía do acampamento sabendo pelo menos o básico [...]

Nota-se que a questão do social e do coletivo está muito presente no acampamento, uma vez que todos são instruídos a compartilhar materiais, comidas, a própria terra, e as experiências e transformar isso em aprendizado. Era o que Marx e Engels (1979) chamavam de intercâmbio.

Conforme discutido por Althusser (2003), era pelas experiências que a ideologia ganhava sua história e se consolidava na prática da luta de classes. Para identificar fragmentos dessa ideologia, questionou-se se já tinham ouvido falar do Socialismo, 23,26 % responderam que sim e 76,74% que não. Quando questionado, o Assentado 30 respondeu de imediato: “Eu sou socialista”. Foi o indivíduo da amostra que demonstrou a maior ligação com os ideais socialistas pregados pelo MST.

Dos 23,36% que disseram ter ouvido falar do Socialismo reiterou-se se sabiam dizer o que era o Socialismo, 80% não souberam explicar e 20% demonstrou ter algum conhecimento como sistema econômico e organizativo. Dentre os 23,36% que afirmaram ter pelo menos ouvido falar do Socialismo se inclui os 4,25% dos indivíduos que responderam ter ensino superior. A média de escolaridade dos assentados que responderam ter conhecimento sobre o Socialismo é de aproximadamente nove anos, enquanto que para os indivíduos da amostra a média de escolaridade é de aproximadamente cinco anos. Estas características demonstram que a variável escolaridade pode estar associada ao conhecimento teórico envolvido na questão.

Para finalizar, cada chefe de família teve a possibilidade de citar aprendizados que havia tido com o MST. Dos 43 indivíduos indicados como chefe da família e que participaram da pesquisa, 20 afirmaram ter aprendido a importância da agricultura familiar ainda quando estavam no acampamento, 19 indivíduos também colocaram o aprendizado de técnicas de manejo rural, preparo da terra, “cultivo de sementes selvagens” na fala do Assentado 30. Outros 11 indivíduos disseram ter aprendido a organização da coletividade, da importância em se existir uma estrutura de organicidade do acampamento, do movimento e do assentamento. Da mesma maneira, dez assentados responderam que aprenderam a consciência coletiva, a importância da união, do companheirismo e da solidariedade. Outros ainda citaram, com menos frequência, a organização social, a conscientização sobre a reforma agrária, a organização produtiva, a preservação da biodiversidade, a produção de orgânicos e questões políticas. Quatro disseram não saber responder ou mesmo que não haviam aprendido nada.

Confrontando os resultados da pesquisa com o referencial teórico proposto, nota-se que o estabelecimento do MST, enquanto movimento social ocorreu no período de redemocratização do Brasil, justamente como coloca Gohn (2002), sendo um processo natural da transformação de luta coletiva em movimento social e suas origens em sociedades, que passam por mudanças estruturais.

Gohn (2002) ainda faz uma importante discussão sobre a importância das lideranças para os movimentos sociais, como assinalado pela pesquisa, enquanto acampados, os indivíduos sofrem fortes influências de líderes e mantêm um senso de coletividade muito maior que depois de assentados. No assentamento, a sensação de perda

de organização e consciência coletiva é sentida pelos próprios indivíduos, possivelmente, pelo distanciamento do movimento e da falta do objetivo em comum que no acampamento era a conquista da terra. A questão é que depois de conquistado o objetivo do grupo, que estava lutando pela terra, começam as limitações para desenvolver o restante dos objetivos específicos. Essa quebra é o limitador do alcance do movimento.

Uma característica marcante do Movimento Sem-Terra é a pluralidade de indivíduos. Não há espaço para discriminar personalidades, da cidade ou do campo, sabendo ou não lidar com a terra, qualquer um pode fazer parte do movimento. É atestado por Chauí (2013), quando coloca que as classes sociais não são dados fixos e nem de fácil identificação e que são sujeitos sociais, que se interpretam e se transformam.

Como citado por Lara Junior (2012), o sincretismo da religiosidade popular foi de fundamental importância para a criação das bases ideológicas do MST, apesar destes não se constituírem, necessariamente, parte dela. O Assentado 30 aponta esse ecletismo religioso como um entrave nas organizações produtivas, hoje na prática, dentro do assentamento. Ele coloca que “A organização comunitária depende muito da religião”, dentro do assentamento a religião é muito forte, isso faz com que cada grupo se isole o que não é apreciado na troca de experiências, nas organizações produtivas e mesmo na vida social. Esse retraimento prático das relações sociais dentro do acampamento em função das diferenças religiosas é, possivelmente, uma das questões das quais o movimento poderia tratar com as famílias depois de assentadas e que após acampamento é assunto negligenciado.

A organização levada do acampamento para o assentamento é sentida, principalmente, na organização social. As comunidades e o coletivo de famílias foram mantidos no assentamento Celso Furtado por decisão conjunta. Já nas questões produtivas, o que se faz representar é um pensamento de liberdade de quando tem um pedaço de terra para plantar ser livre e dono daquilo que produz. A maior parte da organização e da ideologia do MST fica no acampamento, ou possivelmente, seja esquecida com o passar do tempo pelos indivíduos.

Na orientação da identificação da ideologia produtiva e de classe, no assentamento, se utilizou a construção do termo elaborado por Althusser (2003) de que a ideologia não é única, mas que existem aparelhos ideológicos e que, enquanto processo, todos aqueles que querem chegar ou permanecer no poder a utilizam. Os Aparelhos Ideológicos do Estado são o caminho, o palco e a finalidade das lutas de classe e dos objetivos de dominação.

Os Aparelhos Ideológicos são, além do próprio Estado, instituições que funcionam e são transformados metodicamente pela ideologia. Quanto ao uso ou aplicação no assentamento, os Aparelhos Ideológicos estão presentes, primeiramente, quanto ao MST, enquanto palco de lutas, nas escolas, enquanto formadores de opinião, nas famílias

enquanto influenciadores permanentes e na religião, uma das precursoras do Movimento Sem-Terra, por meio particularmente da Igreja Católica (CPT) e das igrejas pentecostais (especialmente as mais difusas no Brasil, Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo e Deus é Amor), cada qual com seu peso nessa construção.

A análise é permanente e plural, os sujeitos e os Aparelhos Ideológicos estão em constante transformação, em constante formação de sua própria história. A identificação destes conceitos na construção do assentamento, na história das famílias e dos sujeitos ativos, dentro do assentamento, enquanto pensamento coletivo permite considerar a não singularidade, como colocado por Althusser, da identidade ideológica de classe. Enquanto processo de mudança, o Movimento Sem-Terra é caracterizado como um Aparelho Ideológico, um objeto, um meio e um cenário para as lutas de classes.

Como explorado pela presente pesquisa, a ideologia ligada ao Movimento Sem-Terra, enquanto conjunto de ideias se mostra muito mais em aspectos do acampamento do que na vida depois de assentados. O que, contudo, é um traço notável e continua presente na vida da maioria dos assentados é o aprendizado referente à importância da agricultura familiar e mesmo as técnicas de manuseio rural, citado por grande parte das famílias, que fizeram parte da amostra.

A falta de cooperativas e/ou agroindústrias é sentida por alguns assentados, mas a maioria não atesta este fato como um limitador. Sobre a falta de organizações coletivas, Sabourin (2008) coloca que é a representação de um forte pensamento da autonomia econômica. Os assentados têm receio de perder aquilo que para eles foi tão difícil de conquistar, o poder sobre o que é dele, o que eles chamam de “ser patrão”. Organizar uma cooperativa é perder a emancipação, que acabaram de ganhar, e isso pesa na hora de decidir pela participação.

Como forma de identificação das relações ideológicas do MST com os assentados, foram utilizadas questões pragmáticas no sentido de conhecimento dos indivíduos quanto ao programa agrário desenvolvido pelo MST, e apresentado neste trabalho, e também quanto às ideias como a produção orgânica, a organização cooperativa e mesmo o Socialismo enquanto transformação social. Os saberes coletivos, a utilização dos intercâmbios de conhecimento e peças simbólicas como o hino do MST e datas marcantes para o movimento. A justificativa, de grande parte, por estes não estarem tão próximos ao ideário do movimento foi que essas questões ficam para trás, quando cada um ganha a terra e que a partir do momento que é feito o assentamento a atuação do movimento é muito menor em comparação ao acampamento.

Considerações finais

A proposta da presente pesquisa foi identificar a influência da ideologia do MST nos assentados do Projeto de Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR. O objetivo consistiu em compreender, do ponto de vista do indivíduo assentado, as práticas e as ideias do MST e como elas estavam inseridas no contexto da vida e do setor produtivo do assentamento.

Para explorar o assunto foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de formulário para 43 chefes de família do assentamento. Por meio das respostas dos indivíduos se elaborou um perfil socioeconômico e um perfil produtivo, os quais identificaram características como a baixa escolaridade, renda derivada de auxílio governamental, em muitas famílias, e produção baseada na subsistência. A renda, quando não é advinda de auxílios governamentais, vem principalmente da venda de leite e grãos, seguindo a tendência regional.

Com relação à influência da ideologia do MST o que os assentados mostraram foi que a maioria não tinha domínio ou conhecimento da teoria sobre o Socialismo, simbologias do MST e as questões agrárias. Entretanto, estes assentados mostraram manter práticas ligadas ao movimento como a diversificação produtiva, a organização social dentro do assentamento, a importância da agricultura familiar, técnicas rurais e agricultura orgânica, mesmo que não sendo efetivadas no momento, ainda são lembradas pelos assentados como aprendizado tido com o MST.

O acampamento se mostrou bem mais dinâmico do que o assentamento no que diz respeito às práticas ligadas a ideologia do MST. No acampamento tudo era coletivo incluindo a produção. Já assentados, a sensação de ter um pedaço de terra que é só dele não permite mais visualizar o conjunto, o coletivo. Como colocado por Sabourin (2008), a autonomia que os produtores tanto desejam está na contramão das estruturas coletivas das quais os dirigentes do MST pregam. Desta maneira, as cooperativas ou mesmo produções coletivas simples não se mantêm.

Apesar dos assentados não compartilharem da ideologia do MST ou compreenderem o projeto socialista, a maioria permanece participante do movimento e o defende. Esse sentimento de reciprocidade é um formato de gratidão, principalmente, pela inserção social, pelos sujeitos que agora podem ser vistos pela sociedade. O projeto de revolução não é relevante para eles, talvez, seja um dos motivos pelo qual nunca se consolidou como uma luta específica da totalidade.

Compreender as relações entre o MST, enquanto direção, e o MST enquanto grande massa de indivíduos se apresenta dificultado pelo acesso às informações dentro dos assentamentos. A intenção desta pesquisa foi aglutinar as informações concedidas pelos

indivíduos, utilizando uma amostra, para solucionar as distinções entre discurso e prática do movimento e sobre a ideologia do MST e as práticas dos assentados.

O desfecho desta pesquisa atestou que os assentados não compartilhavam da ideologia do MST, mas de qualquer maneira mantinham experiências e práticas ligadas a essa ideologia e, ainda, demonstrou que as condições socioeconômicas dentro do assentamento merecem atenção governamental.

Com os resultados obtidos na realização deste estudo e com o conhecimento adquirido no decorrer da realização desta pesquisa pode-se sugerir a elaboração de trabalhos futuros. Uma opção é a aplicação da pesquisa, em outros assentamentos, a fim de confrontar resultados. Apresenta-se como uma possibilidade, também, a realização do estudo com questões ideológicas não abordadas, visto que grande parte dos indivíduos afirmou ter estado mais ligado às questões ideológicas do MST no acampamento, aspecto que seria uma alternativa para executar a pesquisa neste espaço.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2ª ed. São Paulo: Graal, 2003.

BRASIL. Decreto nº 8.618 de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o valor do salário mínimo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8618.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. Dispões sobre as terras devolutas do Império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**, Rio de Janeiro, 20 set. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, vol.15, nº 43, São Paulo: Set/Dec, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Acesso em 08 set. 2016.

CAMPOS, Marcos Paulo. Movimentos sociais e conjuntura política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-jun, 2015.

CHAUÍ, Marilena. A história do pensamento de Marx. *In*: BORON, A. A.; AMDEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Expressão popular: São Paulo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. *In*: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (Orgs.). **Classes? Que Classes? Ciclos de debates sobre classes sociais**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2013, p. 87-103.

COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM REFORMA AGRÁRIA (COTRARA). **PDA Celso Furtado**. Santa Maria do Oeste: COTRARA, 2006.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 115-122.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4ª ed. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3>. Acesso em 23 out. 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 199 f. Tese (livre-docência), Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.52 supl.1 Brasília 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>>. Acesso em: 18 out. 2016.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. Tradução: Simone Rezende da Silva. *In*: BORON, A. A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1ª ed. Buenos Aires: Expressão Popular, 2006, p. 459 – 469.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. [s.l.]: SIDRA, 2016a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 04 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades – Quedas do Iguçu**. [s.l.]: IBGE, 2016b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412090>>. Acesso em: 08 set. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Números da Reforma Agrária**. [s.l.]: INCRA, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em 02 out. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras regionais: Mesorregião geográfica Centro-Sul Paranaense**. Curitiba: BRDE, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf>. Acesso em 02 out. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Relação dos municípios do estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE – Paraná – 2012**. [s.l.]: IBGE, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>
. Acesso em: 10 set. 2016.

LARA JUNIOR, Nadir. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. **Revista NERA (UNESP)**, ano 15, nº20 – jan/jun de 2012, p. 156-174. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1854/1754>. Acesso em 05 abr. 2017.

LENIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das Guerras**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: ciências humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATTEI, Lauro. Considerações a cerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, supl.1, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>>. Acesso em: 03 out. 2016.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, Vol. 10, nº 4, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jvb/v10n4/v10n4a01.pdf>> Acesso em: 01 out. 2016.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A história da luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em 29 ago. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST: lutas, construir Reforma Agrária popular!** 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MULLER, Charles C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, nº 2, Abr/Maio/Jun, 2005. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/534>>. Acesso em 18 out. 2016.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 391-396.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RODRIGUES, Lúcia. Governo abandona de vez a reforma agrária. **Revista Caros Amigos**, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cultura/122->

edicoes/edicao-176/4828-terra-governo-abandona-de-vez-a-reforma-agraria>. Acesso em 30 out. 2016.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 16, nº 2, 2008, p. 151-184.

SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SOUZA, Jessé. As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira. *In*: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (Orgs.). **Classes? Que Classes? Ciclos de debates sobre classes sociais**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2013, p. 53-64.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 -1990**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WELCH, Clifford Andrew *et al.* **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 01. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Sobre os autores

Renata Cattelan – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Marcelo Lopes de Moraes – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP); Coordenador do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Como citar este artigo

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de. MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 12-38, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A primeira autora **Renata Cattelan**, foi responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, coleta de dados através do questionário e redação do manuscrito. O segundo

autor **Marcelo Lopes de Moraes** foi responsável pelos procedimentos técnicos, revisão crítica do manuscrito e auxílio na interpretação e análise dos resultados.

Recebido para publicação em 10 de abril de 2017.
Devolvido para a revisão em 06 de julho de 2017.
Aceito para a publicação em 05 de agosto de 2017.
